

Aumenta área de exploração ilegal de madeira na Amazônia

A área com extração ilegal de madeiras nativas na Amazônia aumentou 19% em um ano, passando de 106 mil para 126 mil hectares. Todos os dias, a atividade ilícita é realizada numa área equivalente a 350 campos de futebol.

Os dados foram levantados pelo Sistema de Monitoramento da Exploração Madeireira (Simex), mantido por uma rede de ONGs ambientais, e cobrem o período de agosto de 2022 a julho de 2023.

Foram analisadas as atividades madeireiras em sete Estados: **Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Roraima**. A conclusão se baseia na comparação de imagens de satélite com as licenças de exploração concedidas.

A maior parte da exploração ilegal (71%) ocorreu em terras privadas, cujos proprietários são conhecidos e identificados em cadastros públicos. Dos 650 imóveis rurais envolvidos, um grupo de 20 foi responsável por quase um terço dos crimes ambientais.

“O problema tem endereço conhecido”, diz Vinícius Silgueiro, coordenador de inteligência territorial do Instituto Centro da Vida (ICV), responsável pelo levantamento junto com Idesam, Imaflores e Imazon.

Grupos criminosos também invadiram terras indígenas, nas quais a exploração comercial de madeira não é permitida. Elas responderam por 16% das terras onde foi verificada atividade ilegal.

Legal x ilegal

Dois terços da extração realizada em florestas nativas ocorrem

de forma legalizada. Mas a concorrência dos madeireiros clandestinos tem impacto direto nos negócios legítimos.

Segundo o Simex, houve uma diminuição de 17% nas áreas em que houve autorização para a atividade comercial. Flutuações assim não são atípicas, afirma Leonardo Sobral, diretor florestal do Imaflora.

Em geral o aumento da atividade ilegal tem impacto nos pedidos de autorização. Ou seja, o manejo responsável e legalizado também é uma arma para combater os grupos criminosos, afirma ele.

No manejo florestal, as licenças para derrubar árvores com a finalidade de vender a madeira são muito restritas – tipicamente entre quatro e seis árvores por hectare (o equivalente a um campo de futebol) a cada 30 anos.

A ideia é gerar renda para as populações locais sem que haja uma alteração significativa da paisagem.

Hoje, existem mais de 20 companhias atuando em concessões do governo federal para fazer manejo de espécies nativas. Sobral afirma que essa é outra contenção importante da ilegalidade.

Um novo tipo de concessão pública, voltado à recuperação das áreas degradadas, também prevê a exploração sustentável das madeiras nativas.

E startups de reflorestamento também incluem o manejo sustentável como fonte de receita para financiar a restauração. É o caso da Symbiosis, que recentemente fechou uma venda de créditos de carbono para a Apple.

Problema de reputação

Um outro número divulgado nesta quarta-feira aponta um recuo significativo na produção madeireira da Amazônia. Foram 5,8 milhões de metros cúbicos de madeira em tora no ano passado, o nível mais baixo desde 2010.

A informação foi coletada pelo sistema Timberflow, mantido pelo Imaflora e voltada para o mercado. A plataforma se baseia em documentos oficiais de registro e transporte de madeira.

Uma das hipóteses para a queda é uma diminuição da demanda do mercado interno somada a excesso de estoque.

Mas existem desafios que vão além das idas e vindas do mercado, diz Sobral. Um dos mais importantes deles é o risco de reputação: muitos compradores têm medo de se ver envolvidos com produtos de origem ilícita.

Educar o mercado é parte do esforço para incentivar o mercado legal. “A incerteza ou o próprio desconhecimento das alternativas sustentáveis podem levar uma construtora, por exemplo, a optar por outros materiais em vez das madeiras nativas”, afirma Sobral.

A procura por algumas poucas espécies também compõe o problema. Um grupo de apenas oito entre as mais de mil árvores nativas da Amazônia concentra metade da demanda.

Quando alguma delas entra em listas de espécies sob ameaça, como já aconteceu no passado com o ipê, a demanda desaparece – mesmo que a exploração seja permitida dentro de programas de manejo.

*Reportagem atualizada às 19h para esclarecer que os 350 campos de futebol se referem à área em que há exploração ilegal.

Fonte: Reset UOL e Publicado Por: <https://www.adeciopiran.com.br> em 10/10/2024/15:08:38

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação blog <https://www.adeciopiran.com.br> (93) 98117 7649/ e-mail: <mailto:adeciopiran.blog@gmail.com>

<https://www.adeciopiran.com.br>, fone (WhatsApp) para contato

(93)98117- 7649 e-mail: <mailto:adeciopiran.blog@gmail.com>